

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

**Políticas curriculares para o ensino médio brasileiro: sentidos atribuídos nas produções discursivas da ANPEd<sup>1</sup>***Curricular Policies for Brazilian Upper Secondary Education: Meanings Attributed in ANPEd's Discursive Productions*Almir Antonio BEZERRA<sup>2</sup>Maria Angélica da SILVA<sup>3</sup>

**Resumo:** Esse trabalho, inscrito nos debates sobre as políticas curriculares, tem como objetivo analisar sentidos de políticas curriculares para o Ensino Médio brasileiro inscritos nas produções discursivas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A partir de referenciais do pós-estruturalismo, notadamente da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), Mouffe (2015) e do pós-marxismo, Dardot e Laval (2016) e Brown (2019), buscamos observar, nas produções acadêmicas de 2011 a 2021, sentidos latentes que operam nessas políticas. Sendo assim, utilizamo-nos da tecnologia de busca políticas curriculares para o Ensino Médio como termo chave para fazer o levantamento bibliográfico no espaço acadêmico da ANPEd. Percebemos nessas produções teóricas que as políticas curriculares é parte integrante da reforma do Estado. Este, por sua vez, articula-se a organismos internacionais e nacionais, a partir de discurso de crises econômico-educacional, para forjar um tipo de sociedade consoante a uma capacidade de competir e se desenvolver economicamente, visto que educação é percebida por ele como produção de recursos humanos nas linhas da competição, da individualização e do empreendedorismo (Giovinazzo-Jr, 2015).

**Palavras-chave:** Políticas Curriculares. Ensino Médio. ANPEd.

**Abstract:** This paper, as part of the debates on curricular policies, aims to analyze the meanings of curricular policies for Brazilian high school education inscribed in the discursive productions of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd). Based on references from post-structuralism, notably the Discourse Theory of Laclau and Mouffe (2015), Mouffe (2015) and post-Marxism, Dardot and Laval (2016) and Brown (2019), we seek to observe, in the academic productions from 2011 to 2021, latent meanings that operate in these policies. Therefore, we used the search technology curricular policies for high school education as a key term to conduct bibliographic surveys in the academic space of ANPEd. We perceive in these theoretical productions that curricular policies are an integral part of the State reform. This, in turn, is linked to international and national organizations, based on the discourse of economic and educational crises, to forge a type of society in accordance with a capacity to compete and develop economically, since education is perceived by it as the

<sup>1</sup> Este trabalho é integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa (GP) Políticas e Práticas Curriculares e Avaliativas, vinculado à Pesquisa Maior produtividade CNPq nº 09/2023, intitulado Movimentos discursivos das políticas-práticas curriculares em diferentes contextos: negociações no âmbito das secretarias de educação, gestão escolar, sala de aula e produção científica pós-BNCC, coordenado pela Profª. Dra. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro Acadêmico do Agreste (CAA). Mestre em Educação Contemporânea pela mesma instituição. É especialista em Educação e Linguagem pela Universidade de Pernambuco (UPE). Possui ainda graduações em Letras pela Universidade de Pernambuco (UPE) e em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é Coordenador Pedagógico da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1324-4887>. E-mail: [almir.bezerra@ufpe.br](mailto:almir.bezerra@ufpe.br)

<sup>3</sup> Graduação em Pedagogia (2012) pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE - CAA), Mestre em Educação Contemporânea (2015) pela mesma instituição. Doutorado em Educação pelo PPGE/UFPE/CE (2020). Atualmente é professora Adjunta do Núcleo de Formação Docente (NFD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuando no curso de Pedagogia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8738-6900>. E-mail: [mariaangelica.silva@ufpe.br](mailto:mariaangelica.silva@ufpe.br)

production of human resources along the lines of competition, individualization and entrepreneurship (Giovinazzo-Jr, 2015).

**Keywords:** Curricular Policies. High School. ANPEd.

## 1 Introdução

As políticas curriculares são expressões de uma hegemonia que se deu/dá em um campo de disputas infindáveis. Sendo assim, existem diferentes forças e interesses que estão em jogo em busca de uma significação (Arnt, 2023).

A estabilização temporária dessa significação é dada por articulações, feitas para atender as demandas, mas que não atendem a maioria, sendo sempre um campo aberto a outras reivindicações.

Nesse sentido, nosso trabalho teve como objetivo analisar sentidos de políticas curriculares para o Ensino Médio brasileiro inscritos nas produções discursivas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Como movimento teórico-metodológico, operamos com a Teoria do Discurso por compreendê-la ser força potente de leituras de políticas curriculares, inscritas como fenômenos sociais, fundadas nas circunstâncias de articulações políticas (Laclau; Mouffe, 2015). A Teoria do Discurso fornece-nos um conjunto sofisticado de análise, pois nela está o sentido ontológico do político – o espaço do poder, do conflito e do antagonismo – e ôntico da política, que são práticas sociais, onde são criadas ordens discursivas, marcadas por tomadas de decisões em um terreno indecidível (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2015).

Nesse sentido, queremos dizer que as políticas curriculares para o Ensino Médio são movimentos antológicos e ônticos, pois ao mesmo tempo que buscam forjar um tipo de sociedade e/ou de sujeito, seus deslocamentos para tais intenções constituem-se de práticas articulatórias dadas sempre em contextos precários, contingentes, marcados por uma infinidade de possibilidades, que acarretarão novas redefinições e estabelecimento de novas agendas políticas (Mouffe, 2015).

Dialogamos também com a teoria pós-marxista por ela viabilizar o entendimento de como a racionalidade neoliberal vem afetando as políticas curriculares a partir de uma agenda arraigada com a ideia de economização da vida política e social na contemporaneidade. A partir de Brown (2018), é possível perceber, que o Estado, através de sua forma de governo, vem

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

operando em uma linha chamada economização, que caracteriza-se pela tentativa de conversão de sujeito não econômico em econômico. Nessas linhas, Dardot e Laval (2016), apontam que na racionalidade neoliberal, o Estado é visto como instrumento incumbido de reformar e conduzir a sociedade sob uma perspectiva de empresas e/ou lógica capitalista pautada na eficiência, na individualidade e no empreendedorismo. Para estes teóricos, o Estado se articulou, depois da Segunda Guerra Mundial, a organismos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc., para construir e forjar uma nova ordem. No entanto, esse movimento tem acarretado retrocessos sociais, pois ao passo que tem agravado a pobreza, contraditoriamente tem possibilitado maior concentração de renda nas camadas sociais mais afortunadas. No Brasil, é perceptível que essa racionalidade é uma construção discursiva tracejada no autoritarismo nas políticas curriculares, uma vez que são inscritas na ordem da norma (lei/imposição), sem diálogo com os agentes educacionais.

Metodologicamente, acessamos o espaço da ANPEd e realizamos o levantamento de 30 (trinta) produções científicas, lendo-os na íntegra, dentro de um espaço de 10 (dez) anos. Assim, exploramos os Grupos de Trabalhos (GT 05 - Estado e Política Educacional, e GT 12- Currículo). Este por delinear sentidos de currículo sob múltiplas perspectivas, diferentes movimentos teórico-epistemológicos e metodológicos; aquele por problematizar implementações e elaborações de políticas educacionais inscritas nas relações de poder entre Estado e sociedade. Assumimos, nessa direção, a ideia de currículo como algo que nos governa, como espaço-tempo de lutas por representações, resultado não apenas das políticas curriculares advindas do Estado, mas movimentos de ressignificações dados pelas contingências (Silva; Souza; Burity, 2022; Macedo, 2013; Melo; Almeida; Leite, 2018).

## **2 O que dizem as produções discursivas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre Políticas Curriculares no âmbito do Ensino Médio?**

As produções acadêmicas da ANPEd apresentam-nos o Estado brasileiro como protagonista na elaboração de Políticas Curriculares. Sendo assim, o sentido de protagonismo tange na centralidade dele na elaboração dessas políticas, dando-se em um movimento, caracterizado por deslocamentos antidemocráticos (Brown, 2019), pelo fato delas serem

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

verticalizadas e orientadas por recomendações internacionais e nacionais a partir de atos impositivos e normativos para as escolas, professores e estudantes.

Para se adequar às demandas do capitalismo, o Estado brasileiro assume o discurso de modernização de si com ações na busca de eficiência e eficácia. Essa dinâmica deu-se pela interferência de organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) quando passaram a “recomendar”, a prescrever as políticas curriculares.

Ao mesmo tempo, esse acontecimento possibilitou parceria público-privada, na qual além dos organismos internacionais, existem os empresários (o terceiro setor) como Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Instituto Qualidade no Ensino (IQE), indústria farmacêutica Emiliano Sanchez (SEM), entre outros, atuando na educação a partir da ideia de que a educação é um bem privado.

Através de sintagmas como Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNem), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os organismos internacionais avançaram/avançam na construção de políticas curriculares neoliberais no Brasil, que se apresentam como movimento para forjar uma racionalidade política a partir de princípios de mercado. Sendo assim, temos a redução da mão do Estado em ações sociais e organização social com uma ideologia de livre mercado e de privatização de bens públicos como saúde e educação (Brown, 2018; 2019; Dardot; Laval, 2016).

Há mais de 30 (trinta) anos que a racionalidade neoliberal vem operando nas políticas curriculares. Essa hegemonia (Laclau; Mouffe, 2015) se dá pelas articulações entre empresários locais com organismos internacionais a ponto de o Estado operar segundo a lógica de empresa. Sendo assim, esses agentes corporativos atuam nas escolas com o oferecimento de serviços que passam pela disponibilização de assessoria, de ferramentas tecnológicas e de materiais pedagógicos com a perspectiva de desenvolver as propostas curriculares, que já foram pensadas pelos organismos internacionais (Oliveira, 2013; Thiesen, 2015).

Por sua vez, essas políticas são recepcionadas nas escolas pelos professores diante de um processo de embates e negociações. Os professores, em contrapartida, recebem as políticas, mais de uma ao mesmo tempo, traduzindo-as conforme as possibilidades e condições das

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

escolas, tendo como horizonte ainda o que eles denominam de ser as necessidades de aprendizagem dos estudantes (Thiesen, 2015).

As pesquisas acessadas apontam ainda que diante de um contexto de várias políticas curriculares circulando ao mesmo tempo nas escolas, os professores não têm tempo suficiente para compreendê-las (entender as ideias delas) e avaliá-las, visto que a escola é plural, o cotidiano é caótico e dinâmico (Thiesen, 2015), mas as ressignificam, adequando-as as suas necessidades.

Nesse ínterim, os textos lidos indicam que quanto mais se avança a perspectiva neoliberal na educação pública brasileira, mais a questão da alteridade, da diferença a partir da ideia de identidade, cultura, democracia, participação, cidadania e inclusão são negligenciadas. Essas questões, que antes eram tangenciadas, passaram a ser “omitidas”, negadas em um movimento de quase criminalização dos temas como gênero e sexualidade (Thiesen, 2015; Galzerano, 2021). Isso decorreu da influência de setores conservadores, que se articularam aos neoliberais e militares. Para isso, desenvolveram o discurso de que as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, nas políticas curriculares, são ações de destruição de um ideal de família (a patriarcal).

Esse discurso é uma arma política, que se pavimentou pelo país como um ponto nodal, o qual possibilitou a vitória nas urnas de um governo ultraconservador, mesmo não reeleito nas eleições gerais de 2022, mas que tem fortes representações no congresso nacional.

Nessa lógica, desde que houve um alinhamento entre Estado e setor econômico em uma perspectiva neoliberal, que as políticas curriculares passaram a ser concebidas como desenvolvimento de competências e habilidades em prol de formação de um homem flexível, empregável, que atenda as demandas do mercado.

Com essa pavimentação, houve uma troca da palavra “conhecimento” por “competência” nas políticas curriculares. A troca de uma por outra não é mero sinônimo, mas alteração brusca de sentido, pois a política em questão tenta significar aprendizagem como movimento para resolução de problemas e realização de empreendimento, distante dos eixos da ciência, da cultura, do trabalho e da tecnologia como princípios educativos (Bueno, 2021; Peres, 2021; Nogueira, 2020).

Essa mudança busca reduzir conhecimento a arranjos, protótipos que deverão ser utilizados pelos estudantes posteriormente para potencializar o desenvolvimento do mercado a

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

partir do sintagma da competição (Souza, 2020). Nessa política, existe um empenho do empresariado em subjetivar um discurso, formar jovens consoantes às perspectivas neoliberais. Assim, usam da estratégia de desenvolvimento de protagonismo juvenil como forma de responsabilizá-los pelo curso dos acontecimentos de suas vidas. O sentido de protagonismo, nessa política, diz respeito à capacidade de os jovens atuarem no mundo de forma criativa, construtiva, solidária na resolução de problemas reais, sejam eles na escola ou na vida pessoal/social (Silva, 2015; Costa; Vieira, 2006).

Sempre em uma aposta em vista a significar processos de subjetivações neoliberais, as políticas curriculares desdobram-se em direção ao empreendimento social, que toma as técnicas do setor privado, transferindo para o público. Assim, as políticas curriculares são entendidas como formas de realização de grandes mudanças na educação, como uma maneira de entrar na disputa pela formação de jovens, que é visto como capital humano, agente estratégico para o desenvolvimento social e econômico da racionalidade que se impõe (Oliveira; Lemos, 2021; Goulart, 2023).

Ao se intensificarem as disputas ao longo dos anos, reformas como a do Ensino Médio demandada pela Lei nº 13.415/2017 e pela imposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram impostas como instrumentos de aprofundamento da racionalidade neoliberal. Essa hegemonia, com a ideia de construção de protagonismo juvenil, passa a atacar nas políticas curriculares, as ciências sociais, mais notadamente filosofia e sociologia (Goulart, 2023) com redução de carga horária ou até mesmo tirando-as das matrizes curriculares dos cursos de nível médio.

A investida contra a filosofia e a sociologia acontece pelo fato delas potencializarem aos jovens uma leitura política e social do mundo (Goulart, 2023) para além de um romântico pensamento de protagonismo juvenil e/ou ideia de ser empreendedor em um contexto de ausência de política para o trabalho e de destruição de conquistas históricas como direitos trabalhistas e aposentadoria, etc.

Essas disciplinas assombram a racionalidade neoliberal. Elas resultam na instabilidade de uma ideia de construção de Projeto Vida, que busca subjetivar nas cabeças dos jovens uma fantasia de que eles poderão ascender socialmente de forma individual, com seus próprios esforços, com base no mérito diante de uma sociedade tão desigual, onde todos não têm as mesmas oportunidades, os mesmos pontos de partidas.

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

Nessa direção, as políticas curriculares, advindas do Estado, são instrumentos para a racionalidade neoliberal se pavimentar. Assim, elas provocam os sucessivos fracassos escolares, indicados e sintetizados em instrumentos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e deles se alimentam.

Em constantes movimentos, mas numa perspectiva sempre de ajustar para aperfeiçoar as políticas curriculares de cunho neoliberais, outros instrumentos são construídos para separar, classificar e excluir as pessoas. Assim, as reformas na educação têm uma centralidade nas políticas curriculares como forma de abrir espaços para o setor empresarial atuarem nas escolas e fazer valer a velha tradição em que as elites são excelentes em discursos sobre a educação pública, mas mesquinhas em recursos financeiros (Laval, 2019).

A melhoria da educação pública, traduzida em resultados, indicados por IDEB, descentraliza responsabilidade, culpabiliza professores e diretores escolares, ao mesmo tempo que se exige fazer muito com poucos recursos financeiros (Santos; Cusati, 2021).

A racionalidade neoliberal, portanto, busca transformar o capital em lei social. Tenta transformar a vida social a partir de uma lógica mercadológica. No entanto, vale ressaltar que esse modelo de política curricular que busca subjetivar um modelo de sociedade não triunfará em definitivo, pois sendo uma política, ela se inscreve em um campo de antagonismos e de disputas que nunca cessarão (Laval, 2019).

Mesmo “por décadas, fundada na busca da empregabilidade, que agora passa ao foco no empreendedorismo” (Zanardi, 2023, p. 03), as políticas curriculares são espaços de conflitos, de posição em prol de justiça social (Laval, 2019).

O sentido de protagonismo nessas políticas dá-se pela centralização na elaboração delas. O Estado, ao construí-las, busca efetivá-la através da provocação do debate para com os professores. Estes, por sua vez, não se percebem como personagens autores das políticas curriculares, mas como aqueles que as ressignificam, que as interpretam a partir da ideia de referencial.

Sendo assim, grupos de empresários vêm atuando nas políticas curriculares a partir de imposições de políticas oficiais, que têm como aspectos acentuados o que fazer e como fazer nas escolhas curriculares, em detrimento do porquê e/ou para quem fazer (Thiesen, 2015). Essas políticas tentam fixar um sentido de qualidade de educação. Para isso, tentam constranger e

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

controlar o trabalho do professor através também de produção de materiais, guias e avaliações padronizadas.

### Referências

ARNT, G. S. Processos de recontextualização como uma chave. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 41., Manaus, 2023. **Anais** [...]. Amazonas, 2023. Disponível em: [https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14439-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14439-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf) Acesso em: 22 jul. 2024.

BUENO, A. L. **A reforma do ensino médio**: do projeto de lei nº 6.840/2013 à lei nº 13.415/2017. (144 f.) Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/72418/R%20-%20D%20-%20ALANA%20LEMOS%20BUENO.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 jul. 2024.

COSTA, A. C. G. da; VIEIRA, M. A. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. 2. ed. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Zazie Edições, 2018. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Pequena\\_Biblioteca\\_de\\_Ensaio\\_Wendy\\_Brown\\_Zazie2018.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Pequena_Biblioteca_de_Ensaio_Wendy_Brown_Zazie2018.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GALZERANO, L. S. Elaboração da Base Nacional Comum Curricular: os Seminários Estaduais em questão. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 40., Belém, 2021. **Anais** [...]. Belém, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_21\\_23](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_23) Acesso em: 1 ago. 2024.

GIOVINAZZO JÚNIOR, C. A. Formação no Ensino Médio, Escola e Juventude: preparar para quê? 2015. **37ª Reunião Científica da ANPED**. (GT05 - Estado e Política Educacional). Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-3998.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GOULART, M. V. da S. A Trama neoliberal e a emergência do novo ensino médio. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 41., Manaus. **Anais** [...]. Manaus, 2023. Disponível em:

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

[https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14474-TEXT0\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14474-TEXT0_PROPOSTA_COMPLETO.pdf) Acesso em: 22 jul. 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução Joanildo A. Burity, Joasias de Paula Júnior, Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

MACEDO, E. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 436-450, set./dez., 2013 Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/emacedo.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

MELO, M. J. C. de; ALMEIDA, L. A. A. de; LEITE, C. Sentidos atribuídos ao significante prática curricular nas produções científicas da ANPEd. **Revista Portuguesa de Educação**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 215–231, 2018. DOI: 10.21814/rpe.13632. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13632>. Acesso em: 12 maio 2024.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NOGUEIRA, J. U. de A. **A contrarreforma do ensino médio em tempos de refuncionalização do estado brasileiro (Lei 13.415/2017)**: desdobramentos na rede estadual de Pernambuco e suas implicações ao processo de escolarização. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39682/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20J%20osefa%20U%c3%a9rica%20de%20Araujo%20Nogueira.pdf> Acesso em: 31 jul. 2024.

OLIVEIRA, V. A. de. Os Intelectuais e a construção de uma proposta hegemônica para o ensino médio brasileiro. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, 2013. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt05\\_trabalhos\\_pdfs/gt05\\_2939\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_2939_texto.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024

OLIVEIRA, M. B. de; LEMOS, J. de S. “Educação já!”: regulação e governança em torno do PROBNCC. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., Belém, 2021. **Anais [...]**. Belém, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_20\\_23](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_20_23). Acesso em: 22 jul. 2024.

PERES, S. M. de P. Dimensões Neoliberais e subjetividade no discurso dos novos currículos Paulistas. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., Belém. **Anais [...]**. Belém, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_12\\_17](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_12_17). Acesso em: 15 ago. 2024

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p045054

SANTOS, N. E. P.; CUSATI, I. C. A Regulação educativa do ensino médio em Minas Gerais: uma análise a partir das proposições do Projeto Somar. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 40., Belém. **Anais** [...]. Belém, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_8\\_13](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_13). Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, R. R. D. da. Um breve exame das políticas curriculares para o ensino médio na América Latina. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt12-3504.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024

SILVA, J. E. da; SOUZA, R. da C. de; BURITY, J. Ciências humanas e sociais aplicadas na educação básica: neoliberalismo, multiculturalismo e outros diálogos (im)possíveis. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 58 n. 2 p. 84-96, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2022.58.2.02>. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/25054/60749394](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/25054/60749394). Acesso em: 25 fev. 2024.

SOUZA, G. M. de O. **A política curricular da BNCC e o ensino médio: currículo e contexto**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18247/1/GessicaMayaraDeOliveiraSouza\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18247/1/GessicaMayaraDeOliveiraSouza_Dissert.pdf) Acesso em: 30 jul. 2024.

THIESEN, J. da S. Virada epistemológica do campo curricular: reflexos nas políticas de currículo e em proposições de interesse privado. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-4018.pdf> Acesso em: 21 jul. 2024

ZANARDI, T. A. C. Novo ensino médio e “novos” projetos de vida: nada de novo no Front. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 41., Manaus. **Anais** [...] Manaus, 2023. Disponível em: [https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14256-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](https://base.pro.br/sites/41anped/docs/14256-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf) Acesso em: 22 jul. 2024.